

# Educação e desenvolvimento: a criação da Universidade do Vale do Paraíba em São José dos Campos – SP e seu impacto regional

Maria Helena Alves da Silva<sup>1</sup>  
Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali<sup>2</sup>  
Pedro Ribeiro Moreira Neto<sup>3</sup>

---

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir o impacto da educação superior no desenvolvimento de uma cidade, escolhendo para análise como estudo de caso a Universidade do Vale do Paraíba (Univap), em São José dos Campos - SP. Em um primeiro momento, analisaremos brevemente a expansão do ensino superior na cidade e no Estado de São Paulo, entre 1970 e 1990, verificando as políticas para educação superior no Brasil e em São Paulo, buscando compreender a relação existente entre a educação, os impactos gerados pela universidade na cidade e o desenvolvimento econômico, para o qual a universidade colabora, a longo e a curto prazo, pelo conhecimento que produz, pela propagação de pessoas formadas pela instituição e pelas posições que elas ocupam, assim como pela movimentação de recursos financeiros que dela advêm.

**Palavras-chave:** Universidade. Desenvolvimento Local. São José dos Campos. Universidade do Vale do Paraíba. Impacto Regional.

## Abstract

This work aims to discuss the impact of higher education in the development of a city, choosing as a case study for analysis the University of Vale do Paraíba (Univap) in São José dos Campos - SP. In a first moment, we will briefly analyze the expansion of higher education in the city and State of São Paulo between 1970 and 1990, verifying policies for higher education in Brazil and in São Paulo, seeking to understand economic development related to education and the impacts generated by the University in the city. It was possible to conclude that the University collaborates in the long and short term by the knowledge that it produces and by the propagation of people formed by the institution and the positions they occupy, as well as by the movement of financial resources coming from the University.

**Keywords:** University. Local Development. São José dos Campos. University of the Paraíba Valley. Regional Impact.

## 1 Introdução

A partir da década de 1970, um novo padrão de educação de ensino superior estabeleceu-se no Brasil, expandindo a educação às instituições privadas. Carlos Benedito Martins, em seu

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional na Universidade do Vale do Paraíba. Gestora de documentos do Cehvap (Centro de História & Memória da Univap). <https://orcid.org/0000-0002-4796-2595>  
Email: [maria.42246@yahoo.com.br](mailto:maria.42246@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutora em História Social (PUC-SP). Professora da Universidade do Vale do Paraíba (Univap). <https://orcid.org/0000-0002-8234-4266>. Email: [papali@univap.br](mailto:papali@univap.br)

<sup>3</sup> Doutor em *Géographie Humaine et Organisation de l'Espace* (Université Paris I) e em História Social (FFLCH-USP). Professor da Universidade do Vale do Paraíba (Univap). <https://orcid.org/0000-0002-0659-5549>.  
Email: [pedroribeiro@univap.br](mailto:pedroribeiro@univap.br)

trabalho sobre a Reforma Universitária de 1968, sugere que essa expansão foi uma consequência da Reforma, que tinha como objetivo modernizar e expandir as instituições públicas, mas, visto que essas instituições públicas de ensino superior não conseguiam ampliar suas matrículas e estruturas para atender à crescente carência de acesso ao ensino, o atendimento a essa demanda passou a ser atendida por escolas privadas (MARTINS, 2009, p. 16).

O crescente atendimento ao ensino superior entre escolas públicas e privadas pode ser confirmado pelas estatísticas de evolução de matrícula: as escolas públicas passaram de 600 mil matrículas, em 1990, para 800 mil nos anos 2000, enquanto as escolas privadas passaram de um milhão de matrículas, em 1990, para dois milhões no ano 2000 (SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2012, p.4).

Tanto as instituições públicas quanto as privadas são regidas por dois principais instrumentos legais, sendo eles a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), além de medidas provisórias, decretos, resoluções e pareceres que regulamentam e implementam normas constitucionais. Como observam Schwartzman e Schwartzman em seu estudo sobre o ensino superior privado como fator econômico, apenas no ano de 2001 foram publicados 234 atos normativos sobre o ensino superior brasileiro: esse grande número de normas torna impossível a sistematização de quaisquer marcos normativos sobre o ensino superior privado em sua fase inicial (SCHWARTZMAN e SCHWARTZMAN, 2012, p.5).

Em termos de política educacional, a cidade de São José dos Campos, como a maioria dos municípios brasileiros, sempre deu prioridade à atuação no âmbito do ensino fundamental. Entre 1889 e 1930, São José dos Campos tinha dois grupos escolares - símbolos de progresso e prestigiados como modelos escolares -, e mais de uma dúzia de escolas isoladas - escolas em estado geralmente improvisado e precário (ROQUE, 2007, p. 12-13). Duas décadas depois, o número de classes e escolas em São José dos Campos havia aumentado – uma “aparelhagem quase completa”, afirmou Napoleão Monteiro, com ginásial, colegial (clássico e científico), escolas normal, básico, comercial, engenharia e de preparatórios para direito (CORREIO JOSSENSE, 1953, p.76).

Nota-se que, na época, o ensino era sempre ligado a um discurso de desenvolvimento regional. Em 1954, durante a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, Napoleão Monteiro, diretor do jornal local “Correio Joseense”, escreveu que a notícia da criação da escola causou “grande contentamento à população, que vê nessa escola superior mais um grande fator

em favor da cidade que caminha a passos largos na conquista dos mais alevantados elementos de progresso, em todos os setores" (CORREIO JOSEENSE, 1954, p. 7). Essa visão continuou ainda durante a década de 1980, como podemos observar a partir de uma carta do Prefeito Joaquim Bevlacqua, datada de 13 de maio de 1982, sobre a doação do terreno para a Universidade:

[...] Nota-se, ademais, que a grande aspiração de toda a comunidade joseense é a possibilidade de vir a contar com a sua Universidade, eis que o tamanho da cidade e seu incessante progresso, assim como o número de habitantes, estão a reclamar de todos e principalmente dos integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo, responsáveis pelo destino político-administrativo do Município, as medidas cabíveis para a concretização desse ideal[...] (MONTEIRO, 2002, pág. 79).

Como continuou o prefeito nessa mesma carta, a cidade não poderia “ver-se privada de conquistar a sua Universidade” (MONTEIRO, 2002, pág. 79). Nas décadas de 1980 e 1990, publicações de jornais como a Folha de São Paulo e Vale Paraibano discutiam sobre até que ponto a instalação de uma universidade privada poderia contribuir para o ensino superior na cidade, e se uma instituição pública, fosse estadual ou federal, poderia contribuir mais para a educação na região.

De acordo com uma publicação de 1952 do Correio da Manhã do Rio de Janeiro, a instalação do ITA na cidade havia se dado justamente por conta de sua localização entre os dois principais centros industriais brasileiros, Rio de Janeiro e São Paulo, “(...) porém suficientemente afastado dos dois grandes centros urbanos para que o estudo e a pesquisa se fizesse num ambiente verdadeiramente universitário" (CORREIO DA MANHÃ – nº18.238, 1952, s.p.).

Conforme foram se instalando na cidade outros estabelecimentos de ensino superior o município passou a adotar cada vez mais um discurso voltado para a criação de uma universidade na cidade. Entre outros, se instalaram na época, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA, em 1947), a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1954), e faculdades ligadas à Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), como a Faculdade de Direito (1954), Faculdade de Ciências Econômicas (1961), Faculdade de Engenharia Elétrica e Eletrônica (1967), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1967) e a Faculdade de Serviço Social (1969). Então, a criação da Universidade aconteceu em 1992, quando os cursos das Faculdades Integradas da FVE se conglomerariam na Univap – Universidade do Vale do Paraíba. Na Figura 1, pode ser visualizada no mapa principal a localização (em vermelho) do município de São José dos Campos, no Estado de São Paulo.

Figura 1. Município de São José dos Campos localizado no Estado de São Paulo.



Fonte: Fonte: Wikimedia Commons, 2017.

Com exceção do ITA e da Faculdade de Farmácia e Odontologia, hoje parte da UNESP, todos os cursos ligados à FVE eram e ainda são privados, embora a Fundação seja filantrópica e sem fins lucrativos. Desde antes da criação da Universidade, em 1992, alunos e entidades da região já se reuniam para discutir a estadualização da Fundação Valeparaibana de Ensino, assim como da Universidade de Taubaté, uma vez que se acreditava que apenas a universidade pública, inteiramente gratuita, possibilitaria o atendimento de uma grande demanda de estudantes, que era, naquele momento, obrigada a recorrer a instituições particulares (SANTOS, 1988).

Este texto, que possui uma pesquisa de caráter exploratório, foi realizado por meio do levantamento de fontes primárias, como recortes de jornais, e levantamento bibliográfico, onde se buscaram autores cujos estudos relacionassem educação com desenvolvimento econômico.

## **2 A relação da educação com o desenvolvimento**

De acordo com Ignacy Sachs, toda a população deveria ter igual oportunidade de acesso a serviços públicos, tais como moradia, saúde e educação. Para o autor, a educação é essencial para o desenvolvimento pelo seu valor intrínseco, pois contribui para o “despertar cultural, a conscientização, a compreensão dos direitos humanos”, aumentando o sentido de autonomia,

autoconfiança, autoestima e adaptabilidade, além do que diz respeito à empregabilidade, mesmo que, para ter acesso a um trabalho decente, a educação não seja suficiente, embora necessária, (SACHS, 2004, p. 39-40). Segundo Sachs, para que todas as crianças possam frequentar a escola, é necessário distribuir bolsas de estudo para os oriundos de famílias pobres. Esse serviço, segundo ele, exige financiamento público, por meio de redistribuição do PIB, seja ele administrado pelo poder público, por instituições do terceiro setor da sociedade civil ou de empresas privadas (SACHS, 2004, p. 40-41).

Luiz Carlos Bresser Pereira, na fase do novo-desenvolvimentismo, entende que o fornecimento de educação, saúde e infraestrutura de transportes, energia e comunicação faz parte do papel econômico fundamental do Estado, no sentido de prover condições gerais para acumulação de capital e garantir o bom funcionamento do mercado (PEREIRA, 2008, p. 79). Para o autor, a receita de crescimento adotada por determinados países como China, Coreia do Sul, Taiwan, Irlanda e México possibilitou um crescimento eficaz, por meio de uma inserção positiva no mercado internacional de mercadorias, de um endividamento externo prudente, com um Estado eficaz, de proporções modestas e com ênfase na qualidade da educação básica (PEREIRA, 2006, p. 14). Bresser acredita que os gastos com a educação de qualidade, a expansão e melhorias na infraestrutura econômica, com saúde preventiva básica, saneamento, estímulos à pesquisa e desenvolvimento produzem impactos positivos no crescimento econômico na economia brasileira (PEREIRA, 2006, p. 18). Para ele, qualquer proposta do setor público deve levar em consideração os "desequilíbrios perversos" na falta de investimento, não só nesse setor como no salário dos servidores das áreas de educação e saúde (PEREIRA, 1998, p.88).

Para a realização deste estudo, buscaram-se autores que pesquisam a temática universidade e impacto regional, considerando trabalhos que demonstraram de que forma é possível notar o impacto que a criação de uma universidade provoca regionalmente e de sua atuação por meio de seus formandos. Para este estudo de caso, utilizamos notícias de jornais e publicações institucionais que mostravam o impacto regional causado pela instalação da Universidade do Vale do Paraíba.

Em julho de 1970, publicou-se pela Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) o "Projeto de Estruturação e Estudo de Viabilidade Econômica da Universidade de São José dos Campos", elaborado pela HidroService - Engenharia de Projetos Ltda, cujo diretor e presidente era o engenheiro Henry Maksoud. De acordo com a publicação, a criação de uma nova universidade era resultado de um imperativo do atual estágio de desenvolvimento econômico e social do país,

que exigia a preparação de novos técnicos qualificados e novos centros de investigação científica e criação tecnológica (PROJETO, 1970, p. 1). Como observou Maksoud, na apresentação do projeto, este imperativo era percebido pelo governo federal, que, em seu Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, havia colocado no âmbito prioritário de investimentos as tarefas educacionais e a preparação de recursos humanos.

No entanto, mudanças econômicas, na década de 1980, provocaram alterações significativas na conformação do Estado, que passou a se estruturar "sob a égide neoliberal de ênfase na desregulação da economia, na privatização do patrimônio público e nas tentativas de redução do Estado", com medidas liberalizantes, centradas nos interesses do mercado, que tiveram implicações no crescimento de taxas de desemprego, fragilidade do Estado e aumento da pobreza (SILVA *et al.*, 2013, p.45). Com a nova Constituição Federal, houve avanços na descentralização de recursos e encargos do governo federal para municípios e estados, que, aliados com o desenvolvimento econômico, acarretaram mudanças na estrutura de emprego e nas relações de produção, passando-se a exigir novos padrões de qualificação para o trabalho, onde a oferta de ensino superior passa a ser vista como emblema de progresso e modernização (SILVA *et al.*, 2013, p. 46).

### **3 A criação e o crescimento da Universidade do Vale do Paraíba (Univap)**

Em 1989, o Conselho Federal de Educação aprovou a Carta-Consulta e o projeto apresentado pela FVE, para transformar as Faculdades Integradas em Universidade, por uma via de reconhecimento. Para que isso se realizasse, o Presidente do Conselho Federal de Educação designou uma comissão de acompanhamento, pela qual a instituição foi avaliada sob diversos aspectos, como planejamento econômico-financeiro, recursos materiais, infraestrutura, recursos humanos, ordenamentos institucionais e funções da instituição.

De acordo com o relatório, a composição do Conselho Deliberativo e a participação de entidades de classe, clubes de serviços e representantes da prefeitura e da câmara municipal, nas FVE, mostrava "claramente o caráter comunitário da Instituição", além de se constatar a articulação com o setor público, produtivo e com a comunidade da região (PROCESSO No 23001.000963/86-14, p. 4). Ao fim do relatório, autorizou-se a transformação das Faculdades Integradas em Universidade, a se chamar 'Universidade do Vale do Paraíba'.

Embora muitos jornais em circulação na época se congratulassem com a criação de uma universidade na cidade, muitas críticas foram publicadas em relação ao caráter privado da instituição. Em dezembro de 1990, antes da publicação da criação da Univap, Ary Kara, deputado de Taubaté, publicou na Folha de São Paulo um artigo com o título "Univale, a Universidade do Vale", em que dizia que já estava levantada há tempo a necessidade de instalação de uma universidade estadual ou federal na região. Luiz Antônio Fleury Filho, eleito governador do Estado de São Paulo, havia feito, então, uma visita recente à região, onde se reuniu com estudantes e líderes comunitários, garantindo que uma de suas prioridades seria a criação e instalação da "Univale". Kara descreve que, em 1987, durante uma sessão da Assembleia Legislativa de São Paulo, defendeu-se a criação da Univale, chamando a atenção para o interior do estado:

O ensino e a pesquisa são indissociáveis para o bem e o futuro da humanidade, mas não podem e não devem ser privilégio de alguns. Impõe-se a descentralização. E o Vale do Paraíba reclama de há muito a sua Universidade pública, federal ou estadual. [...]

Como observa Valdemar Sguissardi em seu trabalho sobre o modelo mercantil/privado da expansão da educação superior no Brasil, nos anos de 1974 a 1984, houve uma inversão nos percentuais de crescimento de matrículas nas universidades públicas e privadas, sendo 67,7% o das matrículas em universidades públicas, e 59,1% nas privadas. Até 1994, o índice quase se inverteria, com 41,6% das matrículas pertencendo a universidades públicas, e 58,4% a universidades privadas (SGUISSARDI, p. 998, 2008). Até o início do governo Lula, em 2002, o índice cresceria ainda mais, com as matrículas em universidades privadas chegando a 69,8%. Para o autor, esse índice demonstra a retomada do processo de expansão, pela via da privatização, aliado à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, que trouxe, entre diversos decretos normalizadores, o reconhecimento de que a educação superior era um bem de serviço comercializável (SGUISSARDI, p. 1000, 2008).

No governo Lula da Silva (2003 - 2010), a reforma da educação superior foi guiada pela promulgação de decretos e leis que apontavam para uma continuidade com as políticas educacionais estabelecidas por Fernando Henrique Cardoso, apesar de ter havido um aumento de recursos públicos para instituições federais do ensino superior, expandido os campi para o interior dos estados (FERREIRA, 2012, p. 461). Procurou-se, como papel fundamental das universidades, priorizar o retorno econômico para a sociedade brasileira, com o apoio de parcerias público-privadas, inovação tecnológica, venda de serviços, incentivo de competição e centralidade aos sistemas de regulação (FERREIRA, 2012, p. 465). Durante o primeiro mandato

de Dilma Rousseff (2011-2015), deu-se continuidade aos programas de expansão da educação superior, com a criação de novas universidades federais e campi universitários, tendo como objetivo interiorizar os institutos, promover a formação dos profissionais para o desenvolvimento regional e estimular a permanência dos profissionais no interior, além de potencializar a função das universidades na superação da miséria e diminuição das desigualdades sociais (FERREIRA, 2012, p. 466).

Como observam Kureski e Rolim, em seu trabalho sobre o impacto econômico das universidades, existe um crescente interesse na avaliação do impacto econômico de instituições de ensino superior e sua contribuição para o desenvolvimento regional, uma vez que diversas universidades têm se confrontado com a questão de como atender, de forma ampla e efetiva, às necessidades regionais (2009, p. 1-2). De acordo com Fava-de-Moraes, a análise do papel da universidade no desenvolvimento socioeconômico do país, por meio dos seus alunos formados, envolve diversos indicadores, como "integração a projetos de pesquisa inovadora em Universidades ou Institutos; participação em empresas modernas e competitivas; e criação de novas empresas de serviços ou tecnologias avançadas" (2000, p.1). O autor se utiliza de uma pesquisa do MIT (Massachusetts Institute of Technology), com coordenação e patrocínio do Banco de Boston, identificando a importância de seu alunado na economia do Estado, e que constitui uma prova convincente e inquestionável do "papel socioeconômico que uma boa Universidade oferece para a sociedade e para a nação" (FAVA-DE-MORAES, 2000, p. 1).

Entre 1992 e 2017, a Univap graduou 28.887 alunos – atualmente, tem-se na instituição 35 cursos de graduação, licenciatura e bacharelado, e dois cursos de graduação tecnológica, localizados no Campus Urbanova e no campus da Faculdade de Direito, ambos em São José dos Campos. Embora para este artigo não seja possível reproduzir os índices e a metodologia utilizada para ter a real noção da participação do alunado da Univap, no estado e na região do Vale do Paraíba, devido à grande dificuldade de obter e selecionar as informações de cada um desses alunos, existem alguns indícios dessa colaboração quando examinamos a lista de prefeitos de São José dos Campos e de algumas cidades em seu entorno<sup>4</sup>: o prefeito de São José dos Campos de 2013 a 2016, Carlos José de Almeida, formou-se em História (1991); Antônio José Mendes Faria, prefeito de 1986 a 1988, formou-se na Faculdade de Direito (1979); Robson Riedel Marinho, prefeito de 1983 a 1986, formou-se em Direito (1974); José Marcondes Pereira, prefeito

---

<sup>4</sup> Pretendeu-se relacionar todos os prefeitos das cidades no entorno de São José dos Campos: Igaratá, Jacareí, Monteiro Lobato, Caçapava e Jambeiro. No entanto, Igaratá e Jambeiro não têm no site da prefeitura municipal a relação de prefeitos; Caçapava não teve nenhum prefeito que estudou na FVE.

de 1962 a 1966, formou-se em Direito (1959). Em Jacareí, Benedicto Sérgio Lencioni, prefeito de 1977 a 1983 e de 1997 a 2000, formou-se na Faculdade de Direito (1969). Em Monteiro Lobato, Carlos Maria Auricchio, prefeito de 1989 a 1992, formou-se na Faculdade de Direito (1980); João Bueno da Silva formou-se na Faculdade de Direito (1980) e teve quatro mandatos: de 1983 a 1988, 1993 a 1996, 2001 a 2004 e 2005 a 2006.

Um outro arranjo produtivo local inserido na universidade são as incubadoras de empresas, que envolvem instituições dos setores público e privado, institutos de pesquisas e centros tecnológicos, sendo formadas por empreendimentos que permanecem vinculados à incubadora por um determinado tempo, até que conquistam uma autonomia para atuar no mercado (EID, 2006, p.2). Como observa Farid, é fundamental que a reitoria da universidade forneça o espaço físico, além da necessária interação entre o conhecimento universitário com os trabalhadores individuais de cada grupo (EID, 2006, P. 4). No Parque Tecnológico da Univap, existem hoje cinco empresas incubadas, contando 26 empresas parceiras, todas voltadas para a área tecnológica.

Inaugurado em 2005, o Parque Tecnológico funciona do Campus Urbanova, principal espaço universitário da Univap, em São José dos Campos, onde funcionam todos os cursos de ensino superior da Fundação Valeparaibana de Ensino (com exceção do curso de Direito, localizado na Rua Cândido Dias Castejón, na mesma cidade). O objetivo de sua criação foi o de oferecer às empresas infraestrutura adequada para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, interagindo com a universidade. Em 2007, um levantamento feito pelo então diretor-geral do Parque, estimava que as 25 empresas instaladas somavam um faturamento anual de R\$50 milhões, gerando R\$10 milhões de arrecadação de impostos e 500 empregos diretos (MATTOS, 2007). A localização do município de São José dos Campos na região administrativa com o mesmo nome pode ser vista na Figura 2.



Liberato e Manolescu (2008) escreveram sobre a importância estratégica da universidade no processo de desenvolvimento, mas notaram que, para um estudo completo sobre o impacto da Univap na comunidade local, é necessária uma abordagem quantitativa e exploratória, com levantamento de banco de dados, acompanhamento de recém-formados da graduação e pós-graduação, com aplicação de fichas de avaliação, antes e depois dos beneficiários de contribuições sociais, com relação ao número de empresas situadas no parque tecnológico, número de trabalhos publicados, patentes e projetos financiados (2008, p. 3).

Embora não seja possível atender a todos esses pontos neste artigo, podemos ver pela retrospectiva do ano de 2017, divulgada pelo departamento de marketing da instituição, que 926 alunos estudaram com bolsas PROUNI (713) e Univap (223). E, ainda, mais 824 com FIES, e 87 com ProCred (RETROSPECTIVA 2017); um número bastante elevado se considerarmos que o número de matrículas em 2015 foi de 4.183 alunos (AQUINO, 2017, p. 31).

Em relação aos beneficiados por atendimentos, houve um total de 13.802 pessoas atendidas, com 12.282 atendimentos em fisioterapia, 153 em enfermagem, 708 em nutrição e 563 em serviço social, além de 7.065 atendimentos nas clínicas odontológicas e da criação de 99 próteses para o rosto e mamas. Na área jurídica, foram atendidos 5.246 casos. Em relação a visitas à universidade, 1.460 alunos de quinze instituições de ensino fundamental e médio da cidade visitaram o Centro de Estudos da Natureza, e 3.239 pessoas visitaram o Observatório de Astronomia e Física Espacial da Univap (RETROSPECTIVA 2017).

Como observam Rolim e Serra, além do impacto econômico, a presença da universidade é importante no que se refere ao efeito gerado por suas pesquisas; à solução de problemas locais; ao aumento do nível de conhecimento, gerado pela contribuição da inovação; e à constituição de cidadania e da qualificação da força de trabalho, impactos esses vistos pelos autores como impactos de 'longo prazo' sobre a região (2009, p. 85). Os impactos de 'curto prazo' seriam os gastos das universidades com pagamento de professores e funcionários, compra de material e pagamentos realizados que incidem sobre a economia da região onde estão instaladas, como impactos sobre as famílias, sobre os governos e empresas locais (2010, p. 33).

Goebel e Miura (2004), em seu estudo sobre o impacto regional das universidades instaladas em Toledo, concordam com Rolim e Serra, ao observarem que a maior parte da circulação dos recursos financeiros onde os campi universitários se encontram é feita por meio dos pagamentos dos salários de funcionários e professores e com gastos de alunos. Estes também fomentam atividades locais, principalmente aquelas que prestam serviços que se

relacionam com o meio acadêmico, desencadeando um processo de geração de empregos, principalmente no local próximo onde a universidade se encontra inserida (Figura 3).

A valorização dos terrenos no bairro Urbanova tem sugerido como causa a construção do campus universitário da Univap a partir de 1990. Ainda não há um estudo que avalie a taxa de crescimento do preço da terra no Urbanova; no entanto, alguns moradores disseram em seus depoimentos ter comprado o terreno por dez mil, ou trocado por carro e moto, na década de 1990, e que agora os terrenos podem ser vendidos por R\$ 270 mil e até R\$ 1.070.000 milhão (HORIZONTE, 2018), demonstrando que houve uma rápida valorização nos últimos 20 anos e que a maioria dos que compraram o terreno naquela época não esperavam que, no futuro, morariam em um dos bairros mais valorizados da cidade.

Figura 3. Campus Urbanova da Universidade do Vale do Paraíba (Univap).



Fonte: Cehvap (2018).

Em 1995, foi publicado no jornal Folha de São Paulo o convite para a inauguração do Campus Urbanova, localizado em São José dos Campos: seria no dia 1º de abril, às 9h, na Av. Shishima Hifumi, número 2.911. Mas esse não era o início da história do Campus Urbanova. A primeira fase do campus havia sido entregue em 1994, e a pedra fundamental havia sido lançada em 1982. Em 1984, um trabalho de graduação da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia das Faculdades Integradas de São José dos Campos, do Departamento de Tecnologia da Construção



na década de 1980, os loteamentos começaram a ser vendidos separadamente pela empresa NovaUrbe.

## 5 Considerações Finais

Desde o início do século XX, a educação em São José dos Campos tem sido vista como aliada a uma política de desenvolvimento. Ao longo das décadas, políticas governamentais contribuíram para a proliferação de instituições de ensino superior como uma resposta à demanda de trabalhadores qualificados para o mercado de trabalho. Em 1992, o conglomerado de Faculdades Integradas da Fundação Valeparaibana de Ensino, em São José dos Campos, tornou-se uma Universidade, em meio a algumas controvérsias relativas à necessidade de criação de uma universidade pública na cidade.

Como foi possível observar pela base conceitual escolhida, a educação tem sido vista como essencial para o desenvolvimento da população, seja pelo seu valor intrínseco de conscientização e compreensão da cultura e direitos humanos, seja pela sua contribuição no que diz respeito à empregabilidade do ser humano, sendo a educação parte essencial do conjunto de condições relevantes que o Estado precisa prover para a população, o que produzirá impactos positivos no crescimento econômico e na melhoria da qualidade de vida. Em relação ao impacto regional, por meio do conhecimento produzido pela universidade e pela propagação das pessoas formadas pela instituição, a Universidade colabora, a longo e curto prazo, para a região, com melhoria da qualidade de vida e movimentação de recursos financeiros, além de contribuir para a valorização do bairro Urbanova, onde se situa o seu maior *campi*.

Em relação ao objeto estudado, a Universidade do Vale do Paraíba, a pesquisa restringiu-se a uma abordagem exploratória, por meio de um banco de dados, mas não foi possível medir o impacto no desenvolvimento regional nem a contribuição dos quase trinta mil diplomados devido à dificuldade da classificação desses dados. Mesmo assim, foi possível descobrir, pela instrução dos prefeitos eleitos na cidade e em outras duas no seu entorno (Jacareí e Monteiro Lobato), que a Universidade contribuiu para a formação universitária desses prefeitos. Essa contribuição se estende ainda para a economia do município e da região em que a instituição está inserida, o que ocorre pela atuação da Universidade em programas de alfabetização solidária e de incubadoras instaladas no campus, gerando empregos diretos e indiretos.

## Referências

ACERVO DO CEHVAP. *Centro de História & Memória da Univap*. Univap, Bloco 5, no Campus Urbanova.

AQUINO, Luiz Carlos Andrade de. *O agir comunitário na Univap: limites e possibilidades*. Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, 2017, 185 páginas.

CORREIO DA MANHÃ - Nº18.238, 1952. Acesso em 31 de julho de 2017. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_06&pagfis=52180&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_06&pagfis=52180&url=http://memoria.bn.br/docreader#)>

CORREIO JOSEENSE, 1953. Acesso em 24/06/2018. Disponível em:

<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2016/01/28/correio-joseense-1920-1967/>

CORREIO JOSEENSE, 1954. Acesso em 24/06/2018. Disponível em:

<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/2016/01/28/correio-joseense-1920-1967/>

EID, Farid. *Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da Unitrabalho e sobre metodologia de incubação*. (2006). Acesso em 09/04/2018. Disponível em: [http://base.socioeco.org/docs/\\_img\\_pdf\\_sobre-concepcao-de-incubadora-universitaria-de-empreendimentos.pdf](http://base.socioeco.org/docs/_img_pdf_sobre-concepcao-de-incubadora-universitaria-de-empreendimentos.pdf)

FAVA-DE-MORAES, Flávio. *Universidade, inovação e impacto socioeconômico*. São Paulo em Perspectiva, vol.14 no.3 São Paulo July/Sept. 2000. Acesso em 13/04/2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000300003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000300003&script=sci_arttext)

FERREIRA, Suely. *Reformas na Educação Superior: de FHC a Dilma Rousseff (1995-2011)*. Linhas Críticas, Brasília, DF, n.36, p. 455-472, maio/ago. 2012. Acesso em 13/04/2018. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1935/193523808013/>

GOEBEL, Márcio Alberto, and Márcio Nakayama Miura. *A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR*. Revista Expectativa 3.3 (2004).

HORIZONTE IMÓVEIS. Acesso em 15/06/2018. Disponível em:

[http://www.horizonteimoveis.com/imoveis/urbanova\\_/comprar/terreno/sao-jose-dos-campos/pag-2](http://www.horizonteimoveis.com/imoveis/urbanova_/comprar/terreno/sao-jose-dos-campos/pag-2)

KURESKI, Ricardo; ROLIM, Cassio. *Impacto Econômico de curto prazo das Universidades Federais na economia brasileira*. Revista Paranense de Desenvolvimento. Curitiba, n.117, p.29-51, jul./dez. 2009. Acesso em 13/04/2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813355>

MANOLESCU, Friedhilde Maria Kustner; LIBERATO, Elizabeth Moraes. *O impacto da Universidade do Vale do Paraíba na Comunidade Local*. XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação—Universidade do Vale do Paraíba. Paraíba, Brasil. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosCEGLU/00001485\\_01\\_O.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosCEGLU/00001485_01_O.pdf) (2008).

MATTOS, Ana Cláudia. *Univap prevê expansão de incubadora*. Jornal Valeparaibano, 19/04/2007. Disponível para consulta no Acervo do Cehvap.

MARTINS, Carlos Benedito. *A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil*. Educação & sociedade, v. 30, n. 106, 2009. Acesso em 05/04/2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>

MONTEIRO, Amilton Maciel de. *Elementos históricos da Univap e de seu berço*. São José dos Campos: Univap, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Nação, câmbio e desenvolvimento*. FGV Editora, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Economia brasileira na encruzilhada*. FGV Editora, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Editora 34, 1998.

PROCESSO Nº 23001.000963/86-14. Acesso em 05/04/2018. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd003102.pdf>

RETROSPECTIVA 2017. Acesso em 24/06/2018. Disponível em: <http://www1.univap.br/gabinete/Retro2018.pdf>

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. *Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo*. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos 3.1 (2009). Acesso em 13/04/2018. Disponível em: <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/29/31>

ROLIM, Cassio; KURESKI, Ricardo. *Impacto econômico de curto prazo das Universidades Federais na economia brasileira. XIII Regional Economic Meeting (South ANPEC). Porto Alegre-RS, August. 2010*. Acesso em 13/04/2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4813355>

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Editora Garamond, 2004.

SANTOS, Bibiano do. *Entidades defendem a estadualização do ensino universitário no Vale*. Jornal do Vale, 7 de setembro de 1988. Fonte: Cehvap.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. *O ensino superior privado como setor econômico, 2012*. Acesso em 05/04/2018. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31426262/suppriv.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1522930435&Signature=wqRQwtGC4qSv5XLc7bMj0yXuX%2FE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO\\_ensino\\_superior\\_privado\\_como\\_setor\\_eco.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31426262/suppriv.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1522930435&Signature=wqRQwtGC4qSv5XLc7bMj0yXuX%2FE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_ensino_superior_privado_como_setor_eco.pdf)

SILVA, Edson Pereira da; QUINTAIROS, Paulo César Ribeiro; ARAÚJO, Elvira Aparecida Simões. *Educação e desenvolvimento*. Latin American Journal of Business Management. V. 4, n. 2, p. 42-57, jul-dez/2013, Taubaté, SP, Brasil. Acesso em 13/04/2018. Disponível em: <http://www.lajbm.com.br/index.php/journal/article/view/169/88>

SGUISSARDI, Valdemar. *Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária*. Educação & Sociedade, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008.